

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 04 e 05/06

O Plenário do Senado a O Senado pode votar o PL 914/2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). O projeto prevê incentivos financeiros para estimular a produção de veículos menos poluentes. O texto veio da Câmara com a inclusão de um tema que não constava no projeto inicial: a taxaço de produtos importados até US\$ 50.

Também estão na pauta, entre outros: PL 3.905/2021, que cria o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, para organizar as regras das políticas de financiamento do setor na União, estados e municípios; e PL 454/2022, que dispõesobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 05/06 - 10h - Plenário 03

ITEM 02 – [PL 2234/2022](#), que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional.

O relator, senador Irajá, apresentou [parecer](#) com voto favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

ITEM 04 - [PL 3519/2019](#), que altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

O relator, Senador Veneziano Vital do Rêgo, apresentou [parecer](#) favorável ao Projeto.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 04 e 05/06

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) - 04/06, às 14h30, 05 e 06/06, às 10h -
Plenário 01**

[PEC 45/2023](#), que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, observada a distinção entre traficante e usuário.

O relator, Deputado Ricardo Salles, apresentou [parecer](#) pela admissibilidade da matéria.

Após a deliberação da PEC, a Comissão agendou deliberativa e na pauta consta:

Item 16- [PL 2.073/2022](#), que dispõe sobre a criação e transformação, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, de cargos de Técnico e Analista em cargos em comissão, sem aumento de despesas.

A relatora, Deputada Bia Kicis, apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público.